

# A CRIAÇÃO DE NOVAS CENTRALIDADES PARA SOCIABILIDADE URBANA EM CIDADES MENORES O caso da Lapa/PR

CREATING NEW CENTRALITIES FOR  
URBAN SOCIABILITY IN SMALL CITIES  
*The case of Lapa/PR*

**Tharsila Maynardes Dallabona Fariniuk<sup>1</sup>**  
**e Beatriz Portella Deda<sup>2</sup>**

## Resumo

A promoção da sociabilidade urbana, especialmente em cidades menores, é um desafio. Nesses locais há tendências de centralização das funções urbanas. Porém, expansões urbanas e demográficas geram constantes redefinições das configurações territoriais, o que exige reinterpretação das centralidades. Esse estudo objetiva discutir a sociabilidade urbana em cidades menores a partir da criação de novas centralidades, tomando como referência o caso de Lapa-PR, peculiar por associar demandas de expansão à consolidação histórica. A pesquisa define-se como um estudo de caso exploratório. A análise iniciou o preenchimento de lacunas sobre a temática no dado recorte, e possibilitou explorar a questão da convivência urbana nos espaços públicos sob a ótica do planejamento para vitalidade urbana. Foi possível caracterizar no recorte os elementos que sugerem a necessidade de novos espaços de convivência, a partir da comparação entre o atual prognóstico e novas estratégias de planejamento aprovadas em 2020, à luz de teorias sobre centralidades urbanas.

Palavras-chave: sociabilidade urbana, cidades pequenas, centralidades urbanas, Lapa/PR.

## Abstract

*The promotion of urban sociability is a challenge, especially in smaller cities. There are in these places trends of centralization of urban functions. However, urban and demographic expansions generate constant redefinitions of territorial configurations, which requires a reinterpretation of centralities. This study aims to discuss urban sociability in smaller cities considering the creation of new centralities, taking as a reference the case of Lapa-PR, a peculiar case for associating expansion demands with a historical urban consolidation. This research is an exploratory case study. The analysis has started to fill in gaps on the theme in the given place, and it made possible to explore the issue of urban coexistence in public spaces from the perspective of planning for urban vitality. In this research we done a characterization of elements that suggest the need for new living spaces, considering the comparison between the current prognosis and new planning strategies approved in 2020, under the perspective of theories about urban centralities.*

*Keywords: urban sociability, small cities, urban centralities, Lapa/PR.*

## Introdução

Discutir a cidade em suas diferentes escalas constitui um desafio natural de compreensão de suas múltiplas facetas e dinâmicas e do tempo necessário de observação e análise sobre o meio, muitas vezes obliterado em detrimento do imediatismo de resolução de problemas. Além disso, cabe à reflexão a consideração de que as cidades são permeadas pelas transformações sociais, pelo comportamento dos indivíduos e por múltiplas nuances e pluralidades de convivência.

O estudo sobre a convivência urbana é determinado pelo fato de que as cidades não possuem uma lógica interna inerente, há limites sociais e geográficos permeáveis que demandam observar fragmentos e tentativas de estabelecer ligações e significados entre eles (AMIN; THRIFT, 2002; CANEVACCI, 2004). No Brasil, nos últimos 19 anos o Estatuto da Cidade, que regularizou os Art. 182 e 183 da Constituição Federal (BRASIL, 2001; FARIA, s/data), apresentou como objetivo da política urbana o desenvolvimento das funções sociais da cidade, através de diretrizes como: a garantia do direito de cidades sustentáveis, infraestrutura urbana, lazer, entre outros (BRASIL, 2001). Cidades com espaços livres e de sociabilidade interferem na qualidade de vida da população, e além dos diversos benefícios que acarretam ao respiro que causam entre as edificações, os equipamentos de recreação e lazer permitem o relacionamento e o convívio social (BARROS; VIRGILIO, 2003).

A criação de novas formas de promoção da sociabilidade urbana, especialmente em cidades menores, é um desafio. Nesses locais há uma tendência de centralização de dinâmicas e de funções de movimentação, trabalho e lazer. No entanto, conforme afirmam Sposito e Jurado da Silva (2013), a constituição da rede urbana, as funções desempenhadas pelas estruturas e a natureza dos fluxos estão em constante modificação e redefinição. Isso exige uma reinterpretação dos significados das centralidades. Além disso, a simples caracterização de cidades pequenas pelo porte da população, sem considerar suas variáveis de contexto, leva a ignorar fatores importantes e específicos de cada núcleo urbano. Essas considerações são importantes para que se entenda os papéis, as áreas de influência e a dinâmica das redes; e nesse sentido ainda há pouca literatura que estabeleça tal reflexão (FRESCA, 2010). Muitas vezes, nas cidades menores há uma mistura significativa entre as tendências e acelerações para o futuro e uma acomodação de um passado que é vivo e latente (HENRIQUE, 2010).

A cidade da Lapa, no Paraná, traduz-se, nesse contexto, em um caso interessante de análise, por apresentar características especiais no que tange à busca por incremento nos espaços de sociabilidade urbana em um contexto bastante específico. Com 48.410 habitantes (IBGE, projeção 2020), e densidade demográfica de 23,07 hab./km<sup>2</sup> (IPARDES, 2021), a cidade histórica da Lapa se estabeleceu no século XVIII como um ponto de parada para os tropeiros (IPHAN, 2014) e como local de definição de questões e conflitos relevantes – tais como o Cerco da Lapa – no século seguinte. A questão histórica da cidade – reforçada pelo tombamento federal de 14 quarteirões e 235 imóveis (IPHAN, 2014) – foi determinante na consolidação urbana e continua sendo a base do turismo local, que compõe atualmente as Rotas do Pinhão junto a outros 28 municípios paranaenses no Mapa do Turismo 2019-2021 (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2019). O setor turístico é um dos principais catalisadores da economia da região, e até 2019 estava representado por 53 estabelecimentos voltados exclusivamente para esse fim, sendo 17 deles equipamentos culturais (IPARDES, 2021).

No entanto, o crescimento urbano e populacional nas últimas décadas suscitou a necessidade da criação de novas centralidades para além do centro histórico – ora planejadas, ora espontâneas – ao longo do território municipal. Isso se tornou mais evidente a partir de atualizações no Plano Diretor Municipal, que ao longo dos

<sup>1</sup> Pós-doutora em Gestão Urbana pela PUCPR; docente da Unifacear Centro Universitário.

<sup>2</sup> Graduanda no curso de Arquitetura e Urbanismo da Unifacear Centro Universitário.

últimos anos considerou a expansão do perímetro urbano e a transição de zonas urbanas; assim, trechos urbanos anteriormente caracterizados como zonas de uso exclusivamente residenciais (PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA, 2003) passaram a funcionar como zonas de uso misto ou eixos de comércio e serviços, em virtude de uma maior ocupação de área urbana e consequente necessidade de dinamização de usos. Da mesma forma, lotes das principais vias urbanas passaram a incorporar cada vez mais a ocupação multifamiliar de média e alta densidade (PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA, 2020).

A tentativa de diversificar as dinâmicas urbanas para além do Setor Histórico Central, promovendo a qualidade de espaços de sociabilidade, leva ao questionamento da dinâmica da sociabilidade urbana em cidades de menor porte, especialmente em um caso tão particular como esse, em que há um fator histórico condicionante para todo o planejamento urbano. O paradoxo presente na questão é o de que não é possível desatrelar a imagem urbana da valorização do patrimônio existente, importante fomento econômico e cultural regional, ao mesmo tempo em que se faz necessário planejamento e a criação de atratividades nas áreas urbanas em expansão. Isso levou ao seguinte questionamento: de que forma uma cidade com tal particularidade articula a dinâmica do setor histórico com a necessidade da criação de novos espaços de sociabilidade, suscitados pela expansão urbana e adensamento populacional?

Nesse sentido, esse artigo possui como objetivo discutir a questão da sociabilidade urbana em cidades menores a partir da criação de novas centralidades, tomando como referência o caso de Lapa-PR. Além disso:

- (i) Explorar a questão da promoção da convivência urbana nos espaços públicos, sob a ótica do planejamento para vitalidade da cidade.
- (ii) Caracterizar, no recorte geográfico em questão, os elementos que sugerem a necessidade de criação de novos espaços de convivência, a partir de comparação entre o atual prognóstico e as novas estratégias de planejamento.
- (iii) Identificar, no recorte, as áreas potenciais para criação de espaços de sociabilidade, à luz da teoria de centralidades urbanas.

O tema da sociabilidade urbana no dado recorte geográfico não foi identificado em nenhuma publicação recente, em pesquisa panorâmica realizada entre os anos de 2019-2021, e se traduz em uma oportunidade relevante de estudo. A intenção da reflexão, nesse sentido, é puramente exploratória, com o intuito de iniciar o preenchimento dessas lacunas. O presente artigo é parte de um projeto de pesquisa maior que envolve um trabalho final de graduação e um trabalho de iniciação científica do curso de Arquitetura e Urbanismo.

O caráter exploratório dessa investigação levou a uma construção textual que apresenta a discussão teórica junto ao estudo de caso; por essa razão, optou-se por uma ligeira inversão na ordem tradicional de elementos metodológico-descritivos. Dessa maneira, logo na sequência apresenta-se a metodologia adotada, que precederá a revisão bibliográfica referente à sociabilidade urbana e à criação de novas centralidades, sempre à luz da teoria de planejamento urbano em menor escala. Na sequência apresenta-se as inferências realizadas sobre o recorte geográfico e, por fim, as conclusões do estudo.

## Metodologia

O estudo de caso é utilizado nessa pesquisa enquanto investigação de uma situação delimitada e específica que visa identificar componentes e causas (VENTURA, 2007).

Conforme recomendações de Yin (2014), a análise considerou dois tipos de elementos presentes no fenômeno a ser estudado: os elementos mais concretos (indivíduos, estruturas, atores) e os elementos menos concretos (relações, decisões, fatores comunitários). Além disso, buscou-se seguir a definição do estudo a partir de 4 passos estabelecidos pelo autor: a) definição das questões de estudo; b) definição dos dados relevantes; c) definição do material a ser coletado; e d) definição dos critérios de análise. O quadro 1 apresenta a metodologia panorâmica segundo essas definições.

A fase de pesquisa bibliográfica-documental foi realizada entre junho de 2020 e fevereiro de 2021, por ocasião do trabalho de conclusão de curso que serve como ponto de partida para essa investigação. Foi realizada busca direcionada com as palavras-chave do estudo: sociabilidade urbana, espaço público, planejamento urbano, cidades pequenas, pesquisadas isoladas ou em conjunto, conforme operadores de pesquisa. A pesquisa foi conduzida em portais de periódicos direcionados a partir do Google Acadêmico, livros, revistas, sites de relevância científica e também a partir dos documentos oficiais da Prefeitura Municipal da Lapa. Concomitantemente a essa fase, foram elaborados os mapeamentos aqui presentes, utilizando base topográfica e imagem por satélite do recorte em questão. A análise de conteúdo, por fim, foi realizada à medida em que os dados foram sendo compilados, no período entre outubro de 2020 e fevereiro de 2021. Essa ferramenta foi aplicada na pesquisa nos documentos levantados – especialmente Lei Municipal do Plano Diretor 2020 (PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA, 2020). e mapeamentos – com o intuito de descompactar as informações presentes nos dados, buscando obter, de modo exploratório, mais inferências do que em uma leitura comum, a partir de unitarização de informações, classificação das mesmas, interpretação e análise (MORAES, 1999), em um processo de comparação entre o prognóstico atual e as novas estratégias de planejamento urbano.

Critérios definidos por Yin (2015)	Definições	Método de pesquisa
ITEM 1) Questões de estudo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Qual é a tendência de criação de áreas de sociabilidade urbana em cidades de pequeno porte?</li> <li>• Como as áreas de sociabilidade estão relacionadas às centralidades urbanas?</li> <li>• Como a Lapa – cidade de referência histórica – articula a dinâmica da centralidade histórica tombada à expansão urbana e à necessidade de novos espaços de convivência?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pesquisa panorâmica em mecanismo de busca e periódicos científicos de significativo aporte* a partir das palavras-chave do estudo que sugeriram lacunas na literatura (relacionando tema – recorte).</li> </ul>
ITENS 2 e 3) Dados relevantes e material a ser coletado	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Definições dos conceitos-chave (sociabilidade, convivência urbana);</li> <li>• Teoria de centralidades aplicadas a cidades de menor porte;</li> <li>• Dados relativos ao recorte (Dados demográficos gerais/Identificação de centralidades urbanas/equipamentos urbanos/áreas de sociabilidade e convivência).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pesquisa bibliográfica-documental</li> </ul>
ITEM 4) Critérios de análise	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Levantamento geográfico de centralidades e áreas de interesse;</li> <li>• Observação panorâmica de distâncias, deslocamentos e centralidades.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise de mapeamento;</li> <li>• Análise de conteúdo</li> </ul>

\* Google Scholar, Scopus e Science Direct

Quadro 1 - Resumo dos procedimentos metodológicos, segundo recomendações de Yin (2014). Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021, com base em Yin, 2014.

## Planejamento Urbano para a sociabilidade

As interações entre indivíduos, guiadas por impulsos e objetivos de *sociação* (Simmel, 2006), é determinante na vitalidade das cidades e constituem o fenômeno que Gehl (2013) chama de *cidades vivas* – locais onde se assegura que os espaços comuns cumpram sua função para com as pessoas e também estabeleçam ligações emocionais entre os indivíduos, proporcionando o convívio. Isso significa um planejamento dos espaços voltado para despertar o interesse das pessoas pela cidade, intensificando o desejo de permanecer, de se deslocar, de se movimentar, de participar ativamente da vida urbana. O planejamento que trabalha os espaços com essa dinâmica é também capaz de fomentar o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de novas habilidades (Rocha *et al.*, 2019).

A falta de convivência saudável nos espaços públicos urbanos é potencialmente capaz de gerar crises de sociabilidade, pois se impede o desenvolvimento de experiências e vínculos, e como consequência natural ocorre a atração e/ou a manifestação de situações desagradáveis tais como o abandono dos espaços, a degradação, o sentimento de insegurança e a criminalidade – fatores, que, por sua vez, contribuem para acentuar as dificuldades de sociabilidade, caracterizando um ciclo nocivo (CERQUEIRA, 2013). Além disso, há a questão das assimetrias de acesso à mobilidade urbana. Peres (2019) comenta que a mobilidade é uma forma de apropriação do espaço e de associação entre indivíduos, pois ao transitar no espaço, têm-se acesso a diferentes tipos de equipamentos. Porém, a desigualdade no poder aquisitivo e outras desarmonias espaciais impedem que todos tenham o mesmo tipo de deslocamento e, sendo assim, a facilitação de meios para atravessar a cidade a pé ou como ciclista se faz necessária.

A questão do pertencimento e da apropriação do espaço pode ser considerada sob o viés epistemológico do *lugar* e do *não-lugar*. Duarte (2002) discute essa questão sob a ótica da atribuição de significados e valores ao espaço. Para o autor, a distinção entre espaços mais ou menos apropriados pelas pessoas determina o que é, de fato, um lugar, e o que não é. Lugar, nesse entendimento, é uma porção do espaço dotado de significado, impregnado de substratos culturais e reflexos de objetos e ações humanas, que refletem identidades individuais. O termo *território*, por sua vez, estaria nesse caso relacionado também a um significado do espaço, porém com elementos constituintes submetidos a determinados valores culturais compartilhados entre todos. Dessa forma, um determinado elemento urbano pode estar sob influência do território, mas não necessariamente fazendo parte dele; não necessariamente como *lugar*.

Entre as estratégias de promoção da sociabilidade urbana estão os espaços abertos de lazer – que se tornaram mais necessários após a era industrial para fomento de uma melhor qualidade de vida – e que no Brasil passaram a ser uma ideia mais fortalecida especialmente a partir dos anos 90 e 2000, com a criação de leis específicas para transformar os espaços em, além de locais de socialização, também em método de preservação do meio ambiente (CARDOSO; VASCONCELLOS SOBRINHO; VASCONCELLOS, 2015). A apropriação desses espaços como responsáveis pelo bem-estar dos indivíduos é indispensável (TORRES *et al.*, 2019), e devem ser pensados a partir da flexibilidade de adaptação conforme a função e o significado que os indivíduos a eles atribuem (BLOCH, 2017). Uma segunda estratégia de promoção da sociabilidade urbana – mesmo em cidades de menor porte – são os centros comunitários ou de convivência, que fomentam diversas atividades entre indivíduos e o exercício da cidadania ativa (BONFIM *et al.*, 2000; SOARES, 2019). No caso de espaços pensados exclusivamente para crianças e adolescentes, é possível ainda o estímulo a atividades sócio educacionais que permitam aos indivíduos ter assistência social, psicológica e pedagógica, bem como maior autonomia, trabalho de autoestima e personalidade, reinserção familiar e/ou comunitária e prevenção da entrada na

criminalidade (SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2011; BENELLI, 2016).

É importante que o planejamento de tais espaços considere critérios de: a) proximidade, estabelecendo uma relação direta com as demandas locais e alternativas de resolução de necessidades; b) flexibilidade, permitindo alternância de dinâmicas conforme público-alvo e exigências locais; e c) participação, por meio do fomento à cidadania inteligente, em que indivíduos exercem sua criatividade na resolução dos próprios problemas (SOARES, 2019). A questão da cidadania ativamente exercida é ainda destacada por Machado (2019), que resalta a importância desses espaços planejados como *locus* da discussão comunitária sobre as necessidades locais e métodos de resolução, o que promove a apropriação do espaço pela união da sociedade e pelo sentimento de pertencimento – o que traduz a noção de *lugar* exposta anteriormente.

A situação pandêmica da COVID 19 tem sido uma situação atípica que tornou mais perceptível as questões de planejamento (ou da falta dele) para a sociabilidade urbana e do abandono do espaço público. Em cidades turísticas, principalmente, o distanciamento causou, além do impacto econômico, também o fechamento de espaços públicos de lazer e visitação, dificultando atividades em grupo e convivência (CORTEZ *et al.*, 2020). Figueira (2020), manifesta seu pensamento sobre o pós-COVID – 19 afirmando que o retorno ao convívio será o momento de repensar sobre as ações de planejamento de modo geral, no sentido de desenvolver um novo olhar sobre as relações entre sociedade, natureza e espaço da cidade. Uma das tendências nesse momento, segundo Lira (2020 s/p.) é o início da liberação dos espaços com parcimônia e o retorno do contato com a natureza como auxiliar na prevenção de comorbidades, bem como o aproveitamento de pequenos respiros urbanos, a partir da criação de pequenos parques junto a equipamentos públicos ou, de outra forma, os chamados *parques de bolsos* ou *Pocket Parks*, implantados em vazios urbanos ligados a eixos que permitam a caminhada e o ciclismo.

## Teoria das centralidades e relação com a sociabilidade urbana em cidades menores

A menção aos termos *pequena* ou *menor* para se referir a cidades, necessariamente implica em referenciar o estudo de redes e centralidades urbanas (MAIA, 2010). Ao longo do século XX diversos teóricos realizaram seus estudos a respeito de centralidades polarizações urbanas, sendo o estudo de Walter Christaller e sua Teoria das Localidades Centrais, de 1966 o mais difundido (CHRISTALLER, 1966). Nessa teoria, o autor estuda a organização hierárquica de funções urbanas e serviços, e postula como característica fundamental urbana a de servir como uma centralidade em uma região. Centralidade, nesse sentido, é entendido como um local onde há excedente de produção, de bens e serviços, em comparação a outras regiões vizinhas. Nesse entendimento, não é possível que os bens e serviços sejam fornecidos de forma igualitária em toda a extensão do território; assim, deveria haver um número mínimo de localidades centrais, de forma que o transporte cubra, com custo mínimo, o deslocamento até essas localidades e de forma que a gestão administrativa priorize determinadas áreas (CHRISTALLER, 1966; SILVA, 2010).

No entanto, ao longo do tempo essa teoria foi colocada em questionamento por sua desconsideração de questões específicas de contexto, especialmente as que se referem às desigualdades sociais, principalmente nos países em desenvolvimento. Autores como Corrêa (2006) são críticos da teoria no sentido de que ela apresenta certa inaplicabilidade atualmente, dada a sua descontextualização e desatualização em relação à situação que suscitou o estudo original, na Alemanha da metade do

século XX. Além disso, o conceito de equidade espacial ganhou cada vez mais reforço, em vias de buscar o máximo de acessibilidade à qualidade de vida e bem-estar social em todas as regiões urbanas (SILVA, 2010).

No caso de cidades menores, essa discussão toma uma ótica especialmente interessante, uma vez que há, ainda, diversas lacunas de conhecimento e análise. As centralidades urbanas de cidades menores são tratadas, ainda, na literatura, muito sob a ótica da geografia agrária e dos modos de produção que envolvem atividades agrícolas e cooperativas. Discute-se bastante a respeito dessas cidades como fornecedores de mão-de-obra e de insumos e menos sobre as suas dinâmicas internas (FRESCA, 2010). Porém, não é possível dissociar a questão da ruralidade do estudo sobre centralidades. Santos, Farinon e Oliveira (2020) comentam que é importante que o planejamento urbano considere a importância da identidade territorial própria, alimentada, também, pelo papel das áreas rurais, que além de fornecer matéria-prima e subsídios, reforçam a economia e facilitam o acesso aos insumos. Segundo os autores, o que pode ocorrer é o planejamento de tais cidades sob uma ótica muito metropolitana, que desconsidera o papel do rural e periférico e que busca compelir – não sem dificuldade – muitas variações de uso no solo urbano sem a devida efetividade que se espera dos instrumentos urbanísticos. Assim, o contexto e a realidade especial podem não se refletir nas estratégias propostas. Dessa forma, estudos sobre cidades de menor porte devem combinar fatores como planos morfológicos e planejamento de funções e usos à questão demográfica (HENRIQUE, 2010).

Batista (2018) comenta que, de forma geral, há nos municípios brasileiros de menor porte uma tendência à morfologia específica, muito voltada para a praça. Essa é uma consequência histórica da formação colonial do Brasil e da presença da igreja católica, que fez com que muitas cidades brasileiras organizassem a vida de comércio e lazer no entorno da praça e do templo central. O autor comenta que a praça central se tornou o único local referencial para encontro e interação, concentrando a economia e associando-a ao lazer e às interações sociais. Com o passar do tempo e o aumento e diversificação da população, cada vez mais se torna evidente a necessidade de criação de novos tipos de centralidades e atrativos para sociabilidade nas cidades menores – o que se evidencia pelo deslocamento da população na busca por cultura e lazer em outras localidades, muitas vezes maiores. Dados estatísticos também corroboram essa inferência, ao mostrar que em 2018 menos de 40% dos municípios brasileiros possuíam estruturas culturais de convivência urbana tais como museus, centros e bibliotecas; além disso, somente 15% possuíam uma institucionalização de tais tipos de atividades em seu planejamento urbano (MINISTÉRIO DO TURISMO/SECRETARIA DA CULTURA, 2018). A partir da consideração de que parte desse percentual está concentrado nas grandes cidades e capitais – já que essa tende a ser uma demanda natural de locais com maior concentração de pessoas – sugere-se que muitas das cidades de menor porte de fato não têm acesso a espaços de sociabilidade dessa natureza.

### Centralidades em Lapa-PR e a promoção da sociabilidade

O estudo de caso aqui apresentado se estabelece sobre um território significativamente marcado por questões históricas fundamentais para o desenvolvimento da parte sul do Brasil, em especial a atividade tropeira e o Cerco da Lapa. Isso associa-se a uma configuração urbana atual marcada pelo desenvolvimento agrícola e industrial, pela atividade turística e pela existência de rotas de passagem relevantes para a porção Sul-Sudoeste da Região Metropolitana de Curitiba. A área urbana acomoda, simultaneamente, uma centralidade que abriga um dos mais conhecidos conjuntos

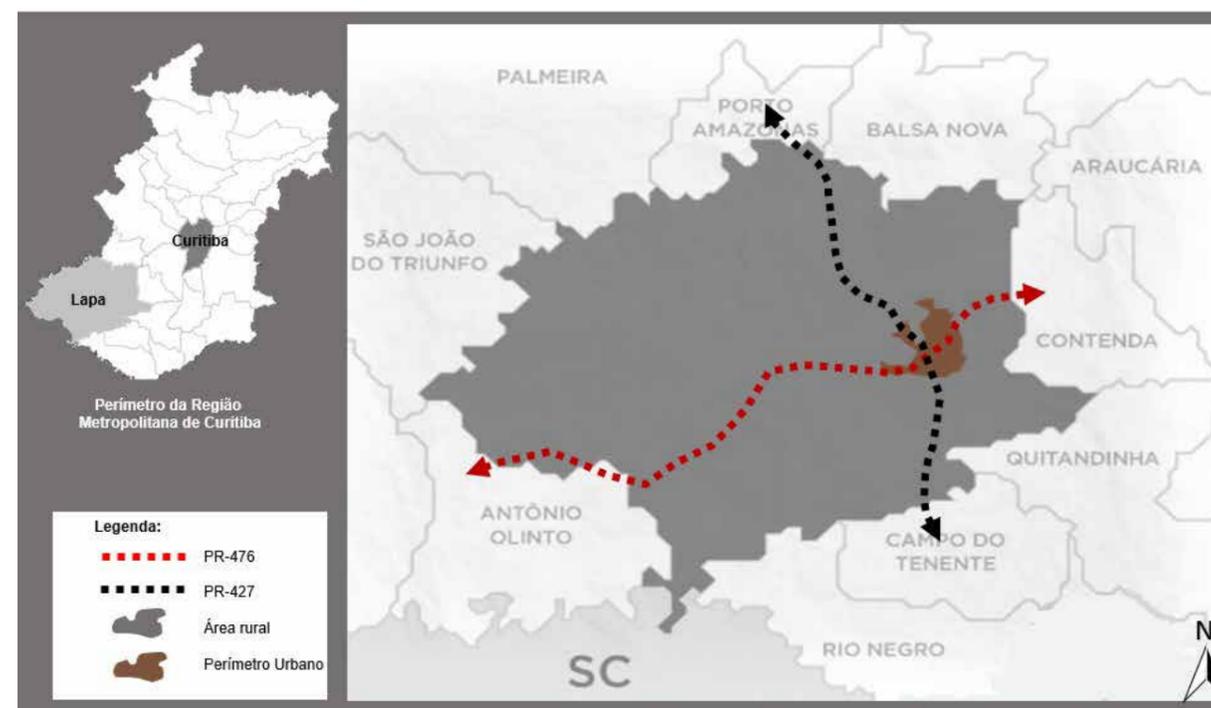


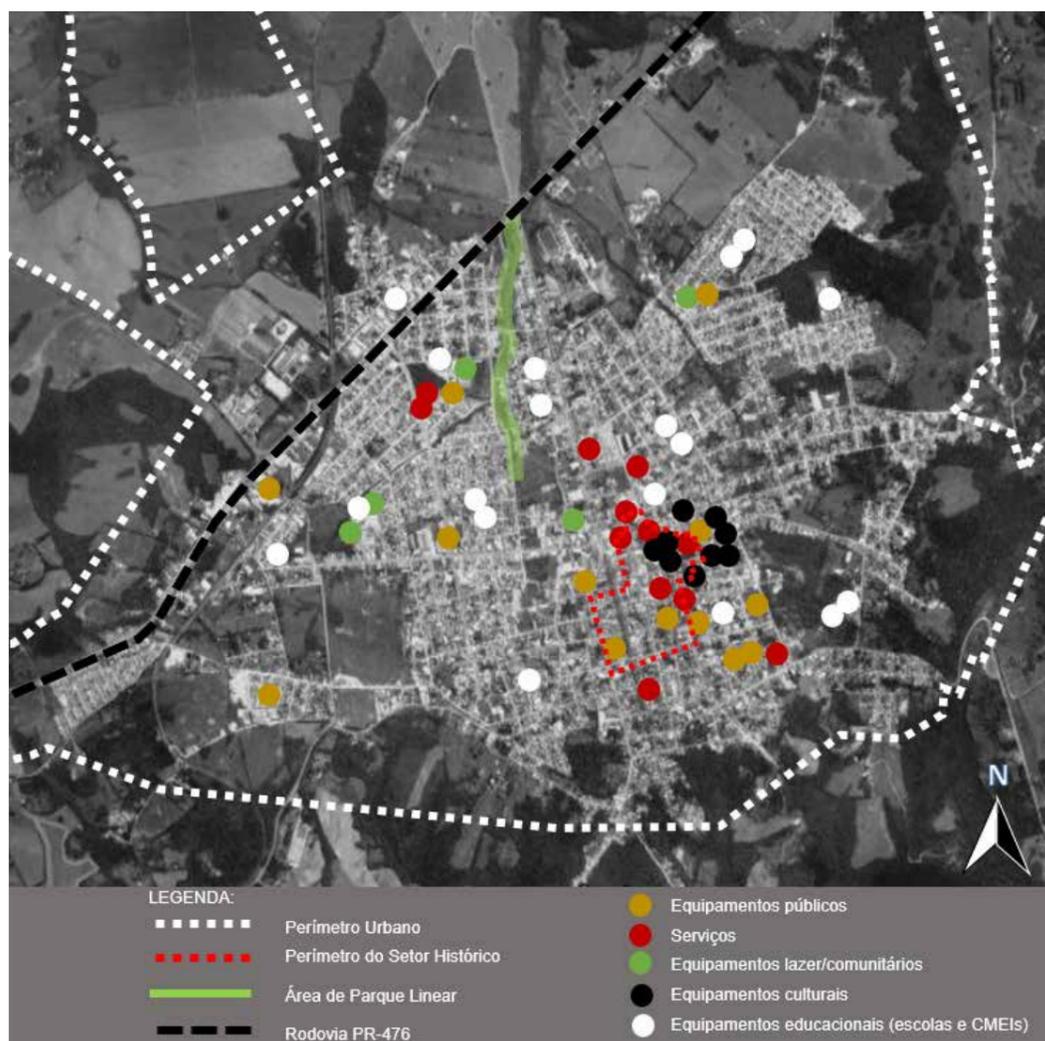
Figura 1 - Contexto Municipal da Lapa. Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

históricos nacionais, e uma área mais periférica em contínua expansão e diversificação de usos.

A revisão do Plano Diretor do município da Lapa previu, em 2020, a criação de novos eixos destinados a comércio e serviços (PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA, 2020). Essa é uma tentativa de incentivar a distribuição de novas centralidades e atrair polos de comércio e serviço para as áreas urbanas mais periféricas. Nas figuras 2 e 3 pode-se notar de que forma essas novas centralidades estão sendo planejadas.

A figura 2 apresenta esquematicamente a distribuição de equipamentos públicos, de serviço, de lazer, culturais e educacionais dentro do perímetro urbano. Observa-se a concentração desses equipamentos no Setor Histórico e entorno imediato, o que acompanha a consolidação histórica da mancha urbana. O crescimento populacional já exigiu a alocação de novos equipamentos urbanos nos bairros mais periféricos, porém isso ocorre ainda de modo pontual, conforme apresenta a imagem.

A figura 3, por sua vez, mostra as estratégias definidas no Plano Diretor Municipal de 2020. Em amarelo pode-se notar uma centralidade de comércio e serviços já consolidada que abrange boa parte do Setor Histórico e parte de quadras adjacentes – levantada por meio de observações de campo e de mapeamentos. Em vermelho está a nova Zona de Uso Misto, que abrange um conjunto de quadras na porção oeste da cidade e avenidas próximas, estabelecendo assim uma conexão com o Setor Histórico. Nesta zona são estabelecidas diretrizes para comércio e serviço central e vicinal e ocupação residencial de média e alta densidade. As linhas azuis representam vias que, na nova determinação, figuram como Eixos de Comércio e Serviço, localizados segundo direcionamentos atuais da expansão urbana e dos bairros. Pode-se notar, na imagem, que parte desses eixos estão em áreas já consolidadas e edificadas, e parte abrange trechos de vazios urbanos. As manchas brancas, situadas nas porções norte e noroeste da cidade representam as novas Zonas de Comércio e Serviço, também pensadas com o intuito de incentivar e dinamizar a ocupação naquela área do perímetro municipal. Nota-se, também, que tais zonas abrangem parte lindeira da rodovia PR-476, onde atualmente concentra-se alguma atividade industrial e serviços



de apoio rodoviário.

Os equipamentos de incentivo à sociabilidade comunitária (de lazer e culturais) são apresentados, na imagem 2, por meio dos pontos em verde e em preto, respectivamente. Em resposta à pergunta de pesquisa, e analisando as imagens, nota-se que, atualmente, existe sim uma relativa desconexão entre áreas da cidade potencialmente capazes de se consolidarem como novas centralidades urbanas – ou em processo dessa consolidação, inclusive reforçadas pelas estratégias do novo Plano Diretor – e a existência de áreas de incentivo à sociabilidade e ao lazer e à cultura que atendam as demandas populacionais a serem criadas nessas regiões. O conflito nessa dinâmica é que o adensamento populacional já se refletiu na existência de novas áreas de comércio e serviços, em locais que atualmente não necessariamente propiciam diversidade de experiências de convivência e sociabilidade por meio de espaços abertos, culturais e de lazer. O prognóstico – desconsiderando a existência das novas estratégias de planejamento – seria, portanto, a permanência da necessidade de um deslocamento mais extenso da população até as regiões mais centrais como uma das únicas alternativas de convivência diversificada da população. Essa dinâmica refletiria na ideia da permanência da praça central como propulsora dos acontecimentos nas cidades menores, postulada por Batista (2018), conforme apresentado anteriormente.

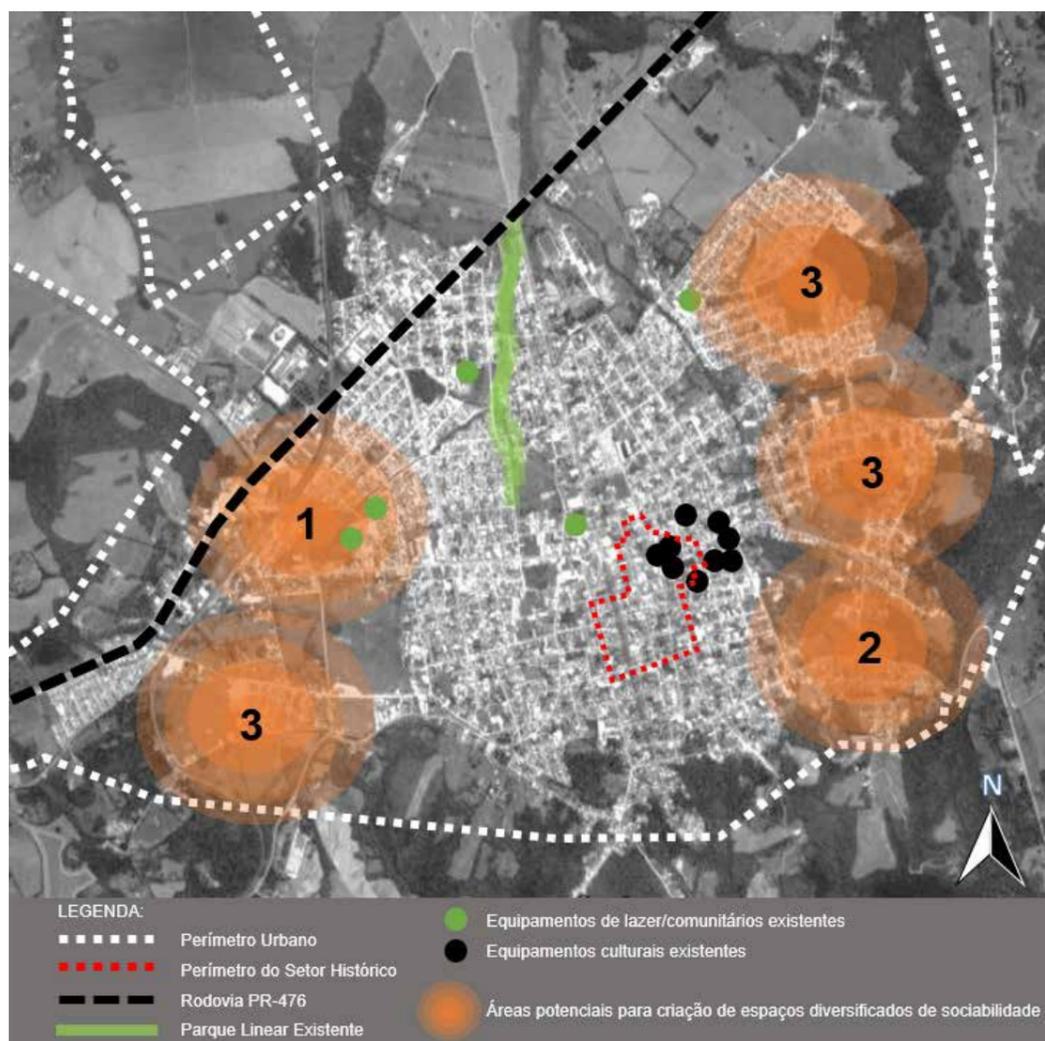
Porém, analisando as estratégias do novo Plano Diretor – mostradas na figura 3 – observa-se que o processo de planejamento urbano já identificou a necessidade de



criação de novas centralidades. Nesse caso, o que se pode pontuar é o questionamento de se essa futura configuração irá, de forma espontânea e/ou natural, atrair a implantação de equipamentos de uso comunitário, cultural e de lazer nessas áreas. É natural que, devido à relevância histórica, o setor central e seu entorno continuem figurando na cidade como região importante de concentração de atividades sociais, culturais e econômicas (no sentido da propulsão do turismo). Porém, em um município cujo crescimento ruma para um provável porte médio daqui a alguns anos, a permanência única dessa concentração poderia suscitar uma certa fragmentação urbana que não aproveita totalmente o potencial das diversas regiões da cidade. Como as propostas determinadas na revisão do Plano Diretor buscam valorizar e diversificar o uso e a ocupação mais periféricos da cidade, é importante que o processo de desenvolvimento dessas áreas considere, portanto, o oferecimento de novas possibilidades de lazer e atividades culturais que venham a adicionar diversidade às atrações turísticas mais conhecidas, o que também pode ser significativo para a economia do turismo local.

A comparação entre a situação atual e as propostas do novo plano diretor sugerem quais são os espaços urbanos mais propícios para a oferta dessas novas centralidades de incentivo à sociabilidade diversificada. Na figura 4, observa-se que esses locais potenciais localizam-se juntos aos novos eixos de adensamento propostos no Plano Diretor (PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA, 2021), considerando a tendência futura de ocupação e expansão urbana, e levam em conta, também, a existência de vazios urbanos. Os locais assinalados com os números 1 e 2 representam locais em que

Figuras 2 e 3 - Comparação esquemática das centralidades urbanas: equipamentos municipais x zonas e consolidações de comércio e serviços. Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.



já foram realizados estudos exploratórios ou propositivos para equipamentos de sociabilidade, respectivamente nos anos de 2020 e 2011 – apenas em nível acadêmico (Trabalho Final de Graduação) e/ou de estudo preliminar não executado. A área 1 representa o entorno do Arroio Passo das Neves, que carece de preservação ambiental (no córrego e vegetação existentes) e que, embora possua duas estruturas de lazer subutilizadas pela população, compreende uma área de vazio urbano apropriada pela população para a travessia rápida de pedestres que se encaminham em direção à rodovia. A área 2, por sua vez, compreende parte da Zona de Transição do Setor Histórico e também direciona o indivíduo para a reserva estadual do Parque do Monge, atualmente em processo de revitalização. As áreas indicadas pelo número 3 apresentam-se como espaços de predominância residencial e próximos a elementos de interesse paisagístico, tais como áreas com significativos maciços vegetais – que figuram como potenciais respiros urbanos e variantes da paisagem – e com trechos de preservação de córregos urbanos.

Tomando como referência o caso estudado, pode-se fazer algumas inferências a respeito do papel do planejamento urbano no equilíbrio da configuração urbana de cidades menores. Em um local com tal relevância histórica, não é possível desatrelar a configuração urbana das centralidades mais antigas, porém, observa-se que as estratégias urbanísticas idealmente devem ser pautadas sobre o equilíbrio de usos e ocupação do solo, a fim de que as vocações dos espaços sejam respeitadas, ao mesmo tempo em que se cria oportunidades para a descoberta de novas vocações – a

partir da chamada *valorização da identidade territorial* postulado por Santos, Farinon e Oliveira (2020), apresentados anteriormente. Trata-se, então, de um processo de balanceamento entre incentivo e consolidação, que territorializa aspectos econômicos, sociais e de desenvolvimento. No entanto, somente a observação a médio e a longo prazo permitirá identificar se as novas estratégias a implantar são compatíveis com as demandas do contexto – abrindo espaço para adaptações e identificação de novas vocações, no processo cíclico de pesquisa e acompanhamento exigidos na ciência do planejamento urbano.

Essa discussão também tange a questão das apropriações espaciais, presente na discussão de Duarte (2002) sobre entendimentos epistemológicos de lugares ou não-lugares. A presença dos fatores históricos e do processo espontâneo de consolidação das áreas centrais pode ser tão favorável para a criação de lugares em Lapa – identitários, apropriados, significativos – quanto a presença de estruturas desenvolvida a partir do fomento dos instrumentos urbanísticos – tais quais as possíveis novas centralidades de incentivo à sociabilidade criadas em áreas de interesse residencial, ambiental e novos eixos econômicos.

Sugere-se, assim, que o processo de gestão territorial – mesmo em uma cidade de menor porte como Lapa – passa, obrigatoriamente, pelas integrações e desintegrações das redes estruturadas sobre o espaço (sejam elas de convivência, de desenvolvimento ou mesmo de identidade) – um processo que Milton Santos (2002) denomina como fator de ordenação ou desordenação territorial. O desafio, nesse caso, é a manutenção e a potencialização da vitalidade urbana (GEHL, 2013) no processo que, conforme comentado por Henrique (2010), combina o caminhar para o futuro e a acomodação com o passado.

## Conclusão

O objetivo desse estudo foi discutir a questão da sociabilidade urbana em cidades menores a partir da criação de novas centralidades, tomando como referência o caso da cidade de Lapa-PR. A discussão incorre sobre o desafio da criação de novas formas de promoção da sociabilidade urbana, especialmente nas cidades menores, onde há uma tendência de centralização de funções. O caso escolhido apresentou características especiais de discussão por ser um local de relevância e de consolidação histórica que coexiste com um processo de expansão urbana. Questionou-se, assim, de que forma uma cidade com tal particularidade articula a dinâmica do setor histórico com a necessidade da criação de novos espaços de sociabilidade, suscitados pela expansão urbana e pelo adensamento populacional.

A análise, de cunho exploratório, permitiu iniciar o preenchimento de uma lacuna sobre a temática no dado recorte, e possibilitou explorar teoricamente a questão da promoção da convivência urbana nos espaços públicos, sob a ótica do planejamento para vitalidade da cidade. Além disso, foi possível caracterizar no recorte os elementos que sugerem a necessidade de criação de novos espaços de convivência, a partir da comparação entre o atual prognóstico e as novas estratégias de planejamento presentes no Plano Diretor de 2020, o que culminou na identificação de áreas potenciais para isso, à luz de teorias sobre centralidades urbanas.

Identificou-se que o Plano Diretor Municipal mais recente já prevê a distribuição de novas centralidades de comércio, serviço e adensamento residencial em pontos periféricos da cidade; porém, essa tendência atualmente não vem acompanhada da alocação de espaços de promoção da sociabilidade (tais como de cultura e lazer). Observou-se que

ainda há a concentração desse tipo de atividades no entorno imediato ao Setor Histórico (processo natural, dada a evolução urbana a partir dessa centralidade), mas que há, também, a tendência e a necessidade de dinamização desses espaços para áreas mais distantes, promovendo uma diversificação de usos urbanos em toda o perímetro. Isso suscita a necessidade de observação desse aspecto a médio e longo prazo, a fim de identificar se a indicação de novos eixos comerciais e de serviços irá criar, também, pontos de atratividade para implantação de novos equipamentos culturais e de lazer.

Discutiu-se, ainda, a importância do planejamento urbano enquanto processo de fomento e equilíbrio na configuração urbana de cidades menores, especialmente no que diz respeito à criação de novas centralidades em respeito à vocação espacial e histórica dos espaços. Nesse processo de articulação entre incentivo e consolidação, a gestão territorial é potencialmente capaz de assumir também o papel de dinamização de redes e de propulsão da apropriação espacial.

Este estudo limita-se a uma abordagem panorâmica e exploratória, cuja conclusão sugere mais pontos de questionamento e reflexão do que os existentes no início do processo. Como é natural do processo de planejamento urbano, as discussões aqui levantadas dependem da observação cíclica, e de estratégias flexíveis e adaptáveis, dadas as demandas de contexto. Dessa forma, reconhece-se aqui a necessidade de extensão desse estudo considerando outras teorias sobre centralidades urbanas e outras perspectivas sobre planejamento urbano em cidades de menor porte. Assim, em consideração à lacuna literária dessa temática, especialmente para o dado recorte, há múltiplas possibilidades para estudos futuros. Sugere-se, nesse primeiro momento, que novas pesquisas ampliem o escopo teórico aqui apresentado, considerando a possibilidade de comparações com outras cidades de contexto ou características semelhantes.

## Referências

AMIN, Ash; THRIFT, Nigel. *Cities: reimagining the urban*. New Jersey: Wiley, 2002.

BARROS, Miriam Vizintim Fernandes; VIRGILIO, Haroldo. *Praças: espaços verdes na cidade de Londrina*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2003.

BATISTA, Alisson. *Arquitetura social e inclusiva: a importância dos espaços públicos destinados à cultura e ao lazer em cidades de pequeno porte* (trabalho final de graduação). Curso de Arquitetura e Urbanismo da Unicesumar – centro universitário de Maringá, Maringá, 2018.

BENELLI, Silvio José. *O atendimento socioassistencial para crianças e adolescentes Perspectivas contemporâneas*. 1. ed. – São Paulo : Ed. da UNESP Digital, 2016.

BLOCH, Luiz Laurent. A arquitetura do lazer: desenhar os espaços para a fruição do tempo e para a convivência social. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*, Belo Horizonte, v. 4, n.1, p.43-51, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/563/382>>. Acesso em: set./2020.

BONFIM, Catarina de Jesus; SARAIVA, Maria Eugénia; CURTO, Maria João; ABRANTES, Maria de Lurdes; FERREIRA, Sofia Palacin. Centro comunitário. *Lisboa: Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação*, 2000. 29 p. Disponível em: <[http://www.seg-social.pt/documents/10152/51562/Centro\\_comunitario/a0a29948-aba9-446b-afc0-8561ad725e37](http://www.seg-social.pt/documents/10152/51562/Centro_comunitario/a0a29948-aba9-446b-afc0-8561ad725e37)>. Acesso em: set./2020.

BRASIL. *Lei nº. 10.257, de 10 de julho de 2001*. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF, jul./ 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/10257.htm)>. Acesso em: fev./2021.

CANEVACCI, Massimo. Metrópole Comunicacional. *Revista USP*, São Paulo, n.63, p. 110-125, set.-nov./2004.

CARDOSO, Sílvia Laura Costa; VASCONCELLOS SOBRINHO, Mário; VASCONCELLOS, Ana Maria de Albuquerque. Gestão ambiental de parques urbanos: o caso do Parque Ecológico do Município de Belém Gunnar Vingren. *URBE - Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management)*, 2015 jan./abr., 7(1), 74-90. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/urbe/v7n1/2175-3369-urbe-7-1-0074.pdf>>. Acesso em: set./2020.

CERQUEIRA, Yasminie Midlej Silva Farias. *Espaço Público e Sociabilidade Urbana*. Dissertação (Pós-Graduação em Arquitetura e urbanismo), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/12402>>. Acesso em: set./2020.

CHRISTALLER, Walter. *Central places in Southern Germany*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1966.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Estudos Sobre a Rede Urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 336 p.

CORTEZ, Antônio Carlos Leal; PITANGA, Francisco José Gondim; ALMEIDA-SANTOS, Marcos Antonio; NUNES, Rodolfo Alkmin Moreira; BOTERO-ROSAS, Daniel Afonso; DANTAS, Estélio Henrique Martins. Centros de atividades físicas e promoção de saúde durante a pandemia da COVID-19. *Preprints Scielo*, 2020. Disponível em: <<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/996/1415>>. Acesso em: set./2020.

DUARTE, Fábio. *Crise das Matrizes Espaciais*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

FARIA, Caroline. *Estatuto da Cidade*. Sem data. Disponível em: <[https://www.infoescola.com/administracao/\\_estatuto-da-cidade/](https://www.infoescola.com/administracao/_estatuto-da-cidade/)>. Acesso em: ago./2020.

FIGUEIRA, Jorge. *Palavras para la da pandemia cem lados de uma pandemia - espaço ritualizado*. Publicado em 2020. Disponível em: <<https://ces.uc.pt/publicacoes/palavras-pandemia/>>. Acesso em: set./2020.

FRESCA, Tânia Maria. Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias. *Mercator - Revista de Geografia da UFC*, v. 9, n. 20, 2010, pp. 75-81. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/2736/273619430006.pdf>> Acesso em. fev/2021.

GEHL, Jean. *Cidade para pessoas*. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

HENRIQUE, Wendel. Diferenças e repetições na produção do espaço urbano de cidades pequenas e médias. In: LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel. (Orgs.) *Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso*. Salvador: SEI, 2010.

IBGE. *População*. 2020. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/lapa/panorama>>. Acesso em: ago./2020.

IPARDES. *Perfil Avançado Do Município De Lapa*. Publicado em 2021. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=83750&btOk=ok>>. Acesso em: mai./2021.

IPHAN. *Lapa (PR)*. Publicado em 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/390/>>. Acesso em: fev./2021.

LIRA, Pedro. Como retornar à vida em comunidade no mundo pós-pandemia? *Archdaily*, 2020. Publicado em 06 de maio de 2020. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/938922/como-retornar-a-vida-em-comunidade-no-mundo-pos-pandemia>>. Acesso em: set./2020.

MACHADO, Bárbara Boccuto. *Integração entre escola, comunidade e espaço livre: reflexões sobre espaços comunitários em territórios vulneráveis*. 2019. 188 f. Trabalho de Conclusão de Curso, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Presbiteriana Mackenzie Graduação, 2019.

MAIA, Doralice Sátyro. Cidades médias e pequenas do Nordeste: conferência de abertura. In: LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel. (Orgs.) *Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso*. Salvador: SEI, 2010.

MINISTÉRIO DO TURISMO/SECRETARIA DA CULTURA. *Plano Nacional de Cultura*. 2018. Disponível em: <<http://pnc.cultura.gov.br/category/metas/29/>> Acesso em: fev./2021.

MINISTÉRIO DO TURISMO. *Mapa do Turismo Brasileiro 2019*. Brasília, 2019. Disponível em: <[http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/conteudo/LIVRO\\_Mapas.pdf](http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/conteudo/LIVRO_Mapas.pdf)> Acesso em: jun./2021.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. *Revista Educação*, 1999, v.22, n.37, p.7-32.

PERES, João Paulo Fonseca. *Ciclomobilidade: Uma Alternativa para a Mobilidade Urbana em Goiânia*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/9585?mode=full>>. Acesso em: set./2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA. *Lei Municipal nº 1763, de 29 de dezembro de 2003*. Dispõe sobre o Zoneamento do Uso e da Ocupação do Solo do Município de Lapa. Disponível em: <[https://sapl.lapa.pr.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2003/886/886\\_texto\\_integral.pdf](https://sapl.lapa.pr.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2003/886/886_texto_integral.pdf)>. Acesso em: fev./2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA. *Lei Municipal nº 3710, de 20 de março de 2020*. Dispõe sobre o zoneamento de uso e Ocupação do solo do município da lapa e dá Outras providências. Disponível em: <[https://sapl.lapa.pr.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2020/4191/3710\\_2020\\_-\\_com\\_anexos.pdf](https://sapl.lapa.pr.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2020/4191/3710_2020_-_com_anexos.pdf)>. Acesso em: fev./2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA. *O Parque tá on*. Publicado em 20 de fevereiro de 2021. Disponível em: <<https://lapa.atende.net/?noticia=537#!/tipo/noticia/valor/537>> Acesso em: fev./2021.

ROCHA, Bernardo Nicholoso; COSTA, Carolina Alborno da; LAGO, Fernando Cocco; ARUDA, Jênifer Michele Pires de; ABREU, Paola Gettems; SCHUMACHER, Carolina; KRUEL, Cristina Saling; GUAZINA, Felix Miguel Nascimento; CARLESSO, Janaina Pereira Pretto. Children in the public place: contributions for a Healthy development. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 8, n. 2, p. e1582595, 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v8i2.595>>. Acesso em: 09/09/2020.

SANTOS, João Pablo dos; FARINON, Suelen Josiane; OLIVEIRA, Wagner Mazetto de. Pinhalzinho/sc e as políticas urbanas: as áreas periurbanas em cidades pequenas. *Revista Grifos*, v. 29, n. 48, p. 63-75, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.22295/grifos.v29i48.5070>> Acesso em: jun./2021.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: EDUSP, 2002.

SILVA, Sylvia Bandeira de Mello e. Cidades pequenas e médias: reflexões teóricas aplicadas. In: D.M.F. LOPES; W. HENRIQUE (Orgs.) *Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso*. Salvador: SEI, 2010.

SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006

SIQUEIRA, Aline Cardoso; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Políticas públicas de garantia do direito à convivência familiar e comunitária. *Psicol. Soc.*, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 262-271, ago. 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822011000200007>>. Acesso em: set./2020.

SOARES, Paula Medeiros. *Centro Comunitário Fazenda do Rio Tavares*. Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis: 2019.

SPOSITO, Eliseu Savério; JURADO DA SILVA, Paulo Fernando. *Cidades pequenas: perspectivas teóricas e transformações socioespaciais*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

TORRES, Vladimir Stolzenberg; PEREIRA, Karla Conceição; ALMEIDA, Caliane Christie Oliveira de; NECKEL, Alcindo. Espaços (públicos) livres urbanos: a importância dos parques (de lazer) urbanos. *Administração de Empresas em Revista*, v.4, n.18, ano 2019. 2019. Disponível em: <<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/admrevista/article/view/2358>> Acesso em: jun./2021.

VENTURA, Magda Maria. O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. *Revista SOCERJ*, v.20, n.5, pp. 383-386., set-out./2007. Disponível em: <[http://www.rbconline.org.br/wp-content/uploads/a2007\\_v20\\_n05\\_art10.pdf](http://www.rbconline.org.br/wp-content/uploads/a2007_v20_n05_art10.pdf)> Acesso em: fev./2021.

YIN, Robert. *Estudo de caso: planejamento e métodos* (5ª ed.) São Paulo; Bookman, 2014.